



Agricultura e Assuntos Sociais têm novos presidentes eleitos

Soraya Thronicke ficará à frente da Comissão de Agricultura. Já Romário vai presidir a Comissão de Assuntos Sociais. Ambos comandarão os colegiados no biênio 2019-2020

As Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais empossaram ontem seus novos presidentes. A primeira será comandada pela senadora Soraya Thronicke, que prometeu estimular o desenvolvimento do agronegócio sem descui-

dar do meio ambiente. Soraya destacou que seu bom relacionamento político com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que também é de Mato Grosso do Sul, pode contribuir para uma atuação em parceria com o governo federal.

Já a Comissão de Assuntos Sociais será pre-

sidida pelo senador Romário. Ele disse que sua intenção à frente do colegiado é ajudar a melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Romário afirmou que dará destaque às necessidades das pessoas com deficiência, mas também a temas ligados à saúde, aos índios e ao trabalho. 3

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Luis Carlos Heinze, vice-presidente, e Soraya Thronicke ressaltaram o agronegócio. Já Romário e seu vice, Styvenson Valentim, destacaram os interesses de deficientes, idosos, indígenas e trabalhadores

Texto prevê que todos poderão registrar infração de trânsito

Qualquer pessoa poderá registrar uma infração de trânsito e enviar a prova para uma autoridade da área. É o que prevê um projeto apresentado pelo senador Fabiano Contarato, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça.

O texto modifica o Código de Trânsito Brasileiro para que pessoas físicas ou jurídicas possam denunciar um delito. O registro deverá ser acompanhado de prova, como foto ou vídeo. O denunciado terá direito amplo a defesa. 4

Roque de Sá/Agência Senado



Pelo texto, o registro deverá ser repassado a uma autoridade de trânsito

Auxílio-reclusão volta à pauta de colegiado 4

Propostas revogam decreto sobre documentos ultrassecretos

Duas propostas contrárias ao decreto que ampliou o número de funcionários com o poder de classificar documentos como ultrassecretos ou secretos foram apresentadas no Senado. Para os seis

Perde eficácia MP que adiava reajuste de servidores 3

senadores da bancada do PT e a senadora Leila Barros, autores dos projetos, a medida do governo que alterou a Lei de Acesso à Informação reduz a transparência na administração pública. 4

Davi pede cautela em investigação de eleição da Casa 2

Pedido de CPI para investigar tribunais pode ser desarquivado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, decidirá se desarquiva o pedido para a criação da CPI dos Tribunais Superiores. O requerimento foi arquivado depois que dois

senadores retiraram o apoio para a comissão. Mas o autor do pedido de CPI, Alessandro Vieira, apresentou novo requerimento para viabilizar a coleta de novas assinaturas. 2

Projeto retoma política de valorização do salário mínimo

Os senadores do PT apresentaram proposta que garante um ganho real, acima da inflação, de pelo menos 1% todos os anos a quem recebe o salário mínimo. A proposta retoma e estende até 2023 as regras da política de valorização do salário mínimo, que valeu até janeiro. Para eles, aumentar o salário dos trabalhadores gera crescimento da demanda agregada via consumo, o que estimula a economia. 3

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou



Marcos Brandão/Senado Federal

“Sessão foi a mais tumultuada do Senado. Temos que aguardar a apuração do corregedor”, afirma senador

Davi: apuração sobre eleição de Mesa da Casa terá cautela

Presidente do Senado se reunirá com o corregedor, Roberto Rocha, para decidir próximos passos da investigação sobre um voto a mais e a falta de envelopes em urna durante votação do dia 2

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que estão correndo normalmente as investigações sobre o voto extra na eleição para a Presidência da Casa, realizada no dia 2. Ele observou que o procedimento é delicado e requer paciência.

— Temos que ter cautela. Aquela sessão foi a mais tumultuada do Senado, muito tensa. Temos que aguardar a apuração do corregedor.

Segundo Davi, o corregedor do Senado, Roberto Rocha (PSDB-MA), identificou seis senadores cujos momentos

de votação não puderam ser captados com clareza pelas imagens da transmissão oficial. Os nomes não foram divulgados. Ele destacou que nenhum desses parlamentares é considerado suspeito de qualquer ato doloso.

Na segunda sessão preparatória, no dia 2, os senadores elegeram Davi presidente do Senado. A decisão deveria ter sido tomada na véspera, mas um impasse acerca do voto aberto ou secreto fez a sessão ser adiada. A votação foi feita por meio de cédulas individuais depositadas em uma

urna. Foram contabilizados 82 votos, um a mais do que o número total de senadores. Duas das cédulas não estavam dentro de envelopes. Por consenso, os parlamentares decidiram fazer nova votação.

O presidente da Casa deve se reunir com o corregedor para avaliar os próximos passos da investigação. É possível que peritos externos sejam contratados para ajudarem na avaliação das imagens. Além disso, três servidores concursados da Casa serão destacados para se juntar ao trabalho de apuração.

Paulo Rocha celebra 39 anos do Partido dos Trabalhadores

Paulo Rocha (PT-PA) celebrou ontem os 39 anos de criação do PT e ressaltou que a legenda foi a que mais trabalhou pela redução da desigualdade no país.

— Luz para Todos, Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Mais Médicos. Para a Amazônia, mais universidades. Isso é dar à juventude acesso ao conhecimento. E ter acesso ao conhecimento é ajudar o desenvolvimento do país.



Pedro França/Agência Senado

Jorge Kajuru critica privilégios de ministros do STF

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou ontem os valores dos auxílios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Os números, segundo Kajuru, assustam: é destinado R\$ 1,5 milhão para auxílio-moradia. Agregado a isso, somam-se R\$ 12 milhões com auxílio-alimentação.

— Eu gostaria de saber qual é a comida lá. Isso é um desrespeito a uma nação com quase 15 milhões de desempregados.



Pedro França/Agência Senado

Alessandro defende desarquivamento de pedido de comissão

Alessandro Vieira (PPS-SE) manifestou-se contra o arquivamento do pedido de instalação da CPI dos Tribunais Superiores. O senador disse que discorda da decisão, tomada depois que três senadores retiraram suas assinaturas.

— Já solicitamos que o presidente do Senado faça o desarquivamento para que possamos retomar a coleta de assinaturas — afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Soraya e Romário assumem duas comissões do Senado

Senadora tomou posse na presidência da CRA, colegiado que debate o agronegócio. Também ontem, ao ser eleito dirigente da Comissão de Assuntos Sociais, Romário citou questões indígenas como prioritárias

A SENADORA SORAYA Thronicke (PSL-MS) assumiu ontem a presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com mandato até fevereiro de 2021. A eleição se deu por aclamação após acordo partidário, em chapa compartilhada com Luis Carlos Heinze (PP-RS), que ocupará a vice-presidência.

Soraya destacou seu bom relacionamento político com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, que também é de Mato Grosso do Sul. Para a senadora, essa possibilidade de diálogo, entendimentos e estabelecimento estratégico de atuações em parceria com o governo federal poderá ser mais um fator para fortalecer e dinamizar o agronegócio no país.

Soraya também afirmou que o Brasil possui plenas condições de conciliar o desenvolvimento agroeconômico com a preservação da riqueza ambiental.

— Podemos expandir a agropecuária e preservar ao mesmo tempo, gerando empregos e renda em grande quantidade no campo e na floresta — disse.

Heinze disse que o Brasil possui todas as condições para se tornar a maior potência agrícola mundial em menos de 10 anos, à frente dos Estados Unidos, da União Europeia e dos concorrentes asiáticos.

Para ele, o grande desafio do agronegócio hoje é diminuir a carga tributária, responsável por cerca de 30% dos custos



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Soraya, o setor agrícola pode ser fortalecido e dinamizado

de setores como o do leite.

— O sócio maior dos produtores rurais são os governos federal, estaduais e municipais. Esses “sócios” diminuem nossa competitividade internacional. Sei que o presidente Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes e o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, estão comprometidos em mudar essa condição. Vamos atuar aqui na CRA junto com a ministra

Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também elegeu ontem, por aclamação, os senadores Romário (Pode-RJ) e Styvenson Valentim (Pode-RN) para presidente e vice-presidente do colegiado no biênio 2019-2020.

Militante das causas das pessoas com deficiência e com doenças raras, Romário afirmou que os temas continuarão a ser frequentes nos debates e nos projetos que passam pela CAS, mas frisou que os integrantes também precisarão discutir temas ligados à saúde, ao trabalho



Genildo Magalhães/Agência Senado

Romário defende que comissão também debata povos indígenas

e aos povos indígenas.

— Por meio dessa comissão, vamos poder ajudar o povo brasileiro e melhorar a qualidade de vida das pessoas — disse Romário.

Estimulado pela senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), Romário manifestou o desejo de manter a Subcomissão de Doenças Raras em funcionamento, e sugeriu que a parlamentar a presida.

Styvenson lembrou que a comissão não poderá deixar de discutir a situação dos idosos brasileiros, especialmente no contexto da reforma da Previdência.

— Falamos de medicina, das necessidades especiais, das crianças, do esporte, mas não podemos esquecer da população que vai ser pauta com a reforma da Previdência, dos idosos. Estamos envelhecendo, então vamos envelhecer com qualidade de vida, vamos deixar registrado que essas pessoas não vão ficar esquecidas.

A próxima reunião do colegiado ficou agendada para quarta-feira.

Política de valorização do mínimo pode ser retomada

Projeto apresentado no Senado garante a quem recebe o salário mínimo um ganho real — acima da inflação — de pelo menos 1% todos os anos. A proposta retoma e estende até 2023 as regras da política de valorização do salário mínimo, que valeu até janeiro.

OPL 605/2019 foi apresentado pelos senadores Humberto Costa (PE), Jean Paul Prates (RN), Jaques Wagner (BA), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA) e Rogério Carvalho (SE) — a bancada do PT.

O projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão final. Os autores afirmam que a política de valorização do salário mínimo, adotada nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma

Rousseff, é fator importante na redução da pobreza e da desigualdade de renda.

— A política de recuperação do mínimo foi a responsável por 40% da redução da pobreza. A política é muito simples: acrescentar, a cada ano, o crescimento do PIB de dois anos anteriores e a inflação — explicou Carvalho.

O ganho, de acordo com os senadores do PT, serve para que o trabalhador não deixe de ter aumento real mesmo em momentos de crise. Nas situações normais, em que houver crescimento, o ganho provavelmente será maior que 1%. Para eles, aumentar salários gera crescimento da demanda agregada via consumo, o que estimula a economia.

Medida que adiava reajuste do funcionalismo perde eficácia

A medida provisória que adiava para 2020 ou cancelava reajustes de servidores públicos não foi votada e perdeu eficácia. Os parlamentares não analisaram a MP 849/2018 porque, em dezembro, os efeitos da medida foram suspensos por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal. Já a MP dos Museus (MP 850/2018) foi rejeitada pela Câmara dos Deputados nesta semana.

Ela extinguiu o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Em seu lugar, criava a Agência Brasileira de Museus (Abram) para gerir os museus e atuar como serviço social autônomo, de direito privado sem fins lucrativos e com con-

tratação pela CLT. A medida será arquivada.

Já as MPs 855 e 856, também de 2018, que foram editadas para viabilizar a privatização das duas distribuidoras de energia que estão sob controle da Eletrobras tiveram a vigência prorrogada por mais 60 dias. Agora, elas devem ser votadas até 23 de abril para não perderem eficácia. A Amazonas Energia e a Companhia Energética de Alagoas foram arrematadas em leilões em dezembro. A MP 855 determinou verbas para as duas empresas cobrirem despesas com combustíveis e a MP 856 definiu 31 de março como prazo-limite para saída das empresas do controle da Eletrobras.

Dário quer reforma da Previdência para todos os brasileiros

Dário Berger (MDB-SC) manifestou apoio em Plenário à reforma da Previdência. Ele disse, porém, que a reforma deve ser “para todos” e que o deficit previdenciário tem origem nos grandes conglomerados econômicos, que não pagam o que devem.

— Tem que ser uma reforma para todos. Não pode ser uma proposta em que os mais pobres vão custear a Previdência dos mais ricos. Nós temos que inverter essa forma de governar. Nós temos que valorizar quem precisa e temos que cobrar de quem tem para ser cobrado.



Roque de Sá/Agência Senado

Para Paim, Comissão de Direitos Humanos defende o cidadão

Paulo Paim (PT-RS) destacou a importância da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) na defesa do cidadão brasileiro. Ele ressaltou ainda o desafio que enfrentará no comando do colegiado no próximo biênio.

Eleito presidente da comissão, o senador afirmou que os grandes temas de interesse nacional são discutidos na CDH.

— O segredo da Comissão de Direitos Humanos é dar voz, é dar alma àqueles que não possuem oportunidade de falar. É refletir os gritos das ruas, os cantos, o lamento das florestas e dos campos.



Roque de Sá/Agência Senado

Vanderlan critica baixo investimento do país em ciência

Vanderlan Cardoso (PP-GO) criticou ontem no Plenário a falta de investimentos em ciência e tecnologia. Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o senador ressaltou a importância do colegiado para o setor.

— Nós não vamos ficar ali durante dois anos discutindo simplesmente para onde vai essa rádio, essa concessão, somente na área da comunicação. Vamos ter diálogo sobre isso. Mas eu quero debater é ciência, é tecnologia, para resolvermos os problemas deste país, que está muito atrasado.



Pedro França/Agência Senado

Confúcio Moura pede Funai no Ministério da Justiça

A demarcação de terras indígenas precisa ser feita pela Funai, e não pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, advertiu Confúcio Moura (MDB-RO). Para o senador, com o novo governo, o órgão que protege os indígenas está fragilizado e isso tem contribuído para o aumento de ameaças de morte, grilagem e roubo de madeira em comunidades como a Uru-Eu-Wau-Wau, localizada em Rondônia.

— A implementação da política indigenista deve ser prioridade no Brasil, portanto é necessário devolver a Funai ao Ministério da Justiça.



Pedro França/Agência Senado

Izalci promete trabalhar por mais eficiência do Estado

O novo presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Izalci Lucas (PSDB-DF), apresentou seu plano de trabalho que inclui fiscalizar a aplicação de recursos em programas de desenvolvimento regional. Uma das metas é estimular o turismo interno.

— Precisamos de uma política de Estado, que deve ser mais enxuta, desaparelhado e eficiente.

Izalci considerou de suma importância a aproximação entre a comissão o setor privado, por meio de reuniões e eventos que permitam debater os assuntos pertinentes ao colegiado.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Decreto sobre documentos sigilosos pode ser revogado

Senadores apresentaram duas propostas contrárias à determinação governamental que ampliou o número de funcionários públicos com poder de classificar documentos como secretos ou ultrassecretos

OS SEIS SENADORES da bancada do PT e a senadora Leila Barros (PSB-DF) apresentaram propostas contrárias ao decreto que ampliou o número de funcionários com o poder de classificar documentos como ultrassecretos ou secretos (Decreto 9.690, de 2019). Para eles, a medida reduz a transparência na administração pública. As duas propostas tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela Lei de Acesso à Informação (LAI — Lei 12.527, de 2011), quando um documento é classificado como ultrassecreto, ele fica inacessível à opinião pública por 25 anos, e como secreto, por 15 anos.

A proposta do PT é assinada pelos senadores Humberto Costa (PE), Jean Paul Prates (RN), Jaques Wagner (BA), Paulo Paim (RS), Paulo Rocha (PA) e Rogério Carvalho (SE). O projeto (PDL 22/2019) revoga o decreto.

Já a proposta apresentada por Leila (PL 633/2019) tem o objetivo de “garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade no que se refere à LAI”. A senadora ressalta que classificar um documento como “ultrassecreto” era uma prerrogativa exclusiva da alta cúpula do governo: presidente e vice-presidente da República, ministros, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas brasileiras.

O decreto ampliou esse poder também para chefes de empresas públicas, autarquias, fundações e quem ocupa car-



Roque de Sá/Agência Senado

Dois projetos de senadores consideram que decreto reduz transparência

gos em comissão de nível DAS 101.6 ou superior, desde que obtenham a delegação.

“Eleva-se muito o número de servidores podendo tarjar informações como ultrassecretas. Passam a ter este poder chefes de 135 empresas estatais, como os Correios e sociedades de economia mista, como a Petrobras ou o Banco do Brasil. Dados do próprio governo apontam 206 cargos de nível DAS 101.6 ou superior, e outros 125 de natureza especial. O decreto permite que 717 funcionários possam classificar documentos como ultrassecretos, o triplo do que tinha antes”, apontou Leila na justificativa. O mesmo acontece em relação ao poder de classificar documentação como secreta, que passou de 511 para 1.799 funcionários.

Delegação de poder

A proposta de Leila disciplina a delegação do poder de classificação dos documentos, determinando a necessidade de ratificação de cada decisão, em até 30 dias, por parte da

autoridade delegante.

O prazo de 30 dias também é determinado para ratificação por parte dos ministros de Estado, quando a classificação provier das Forças Armadas ou de missões diplomáticas. Por último, no que tange às informações ultrassecretas e secretas que envolvam despesas públicas, elas deverão sempre ser informadas ao controlador-geral da União, que anualmente as reportará ao presidente do Congresso Nacional e ao procurador-geral da República por meio de relatório.

Já a proposta do PT menciona a posição oficial da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) contra a diretriz governamental. Para a Fenaj, o decreto “pode fazer com que a lei não seja mais aplicada ao governo. Favorece a ocultação da improbidade administrativa e outras formas de corrupção. Servidores públicos de alto escalão poderão impedir o acesso de cidadãos, inclusive os jornalistas, às informações públicas”, diz nota da Fenaj.

Eduardo Girão condena liberação de armas de fogo

A liberação da posse de armas de fogo no Brasil foi criticada por Eduardo Girão (Pode-CE). O senador afirmou ontem que o número de mortes será muito mais significativo se o governo cometer o equívoco de facilitar o acesso.

— A arma de fogo é um instrumento que foi concebido, no século 15, com um objetivo: matar. A gente não tem como dourar a pílula sobre isso. E eu acredito muito que um controle de armas rigoroso é o que um país que realmente defende a vida, que defende realmente valores e princípios, deve adotar.



Roque de Sá/Agência Senado

Chico Rodrigues pede consenso sobre projeto para o país

Chico Rodrigues (DEM-RR) disse ontem que é o momento de “unir o país”, para garantir um projeto de longo alcance. Para ele, é preciso construir as bases do desenvolvimento autossustentado, diminuir as desigualdades sociais, consolidar os eixos da democracia e inserir o Brasil, de maneira definitiva, no rol das nações desenvolvidas. Segundo o senador, o governo precisa dar crédito a programas já bem-sucedidos e a ideias avançadas.

Chico Rodrigues disse esperar que os parlamentares colaborem para a construção desse projeto.



Pedro França/Agência Senado

Major Olimpio quer penas mais rígidas para facções

Major Olimpio (PSL-SP) defendeu ontem que o Congresso torne mais rígidas as penalidades para integrantes de facções criminosas. O senador ressaltou o pacote de medidas apresentado pelo governo federal como ponto de partida para que se possa avançar no combate à violência e criminalidade.

— Temos que ter medidas mais rígidas para o cumprimento de penas. Temos de ter uma pena maior para aqueles que estão atuando nas facções criminosas. Temos que ter a perda de bens. Temos de tomar atitudes. A atitude está na modificação da lei.



Roque de Sá/Agência Senado

Nelsinho Trad propõe debate sobre telemedicina

A telemedicina deve ser debatida no Senado. Foi o que defendeu ontem Nelsinho Trad (PSD-MS).

O senador, que também é médico, disse que o Conselho Federal de Medicina publicou resolução com requisitos de segurança para a prática da telemedicina no Brasil. Médicos poderão realizar consultas on-line, telecirurgias, tele diagnósticos e outras formas de atendimento a distância.

— Esse é um assunto polêmico. A clínica médica está acima de qualquer exame tecnológico, mas não podemos fechar os olhos para a evolução da tecnologia.



Pedro França/Agência Senado

Soraya defende valorização do agronegócio

Em seu primeiro pronunciamento, Soraya Thronicke (PSL-MS) se disse honrada por ter sido escolhida presidente da Comissão de Agricultura (CRA) e afirmou que dedicará o mandato à luta pela valorização do agronegócio. A senadora expôs sua ideia de um novo mote para o agronegócio: a interação com o meio ambiente.

— O que vimos nos últimos anos foi um grave desprestígio ao setor produtivo nacional, calcado em mentiras difundidas por pseudoambientalistas, geralmente patrocinadas por lobistas nocivos, que recalcitram em admitir a grande verdade: o agronegócio é o pilar da nossa grande nação, da nossa economia.

Qualquer pessoa poderá registrar infração de trânsito, prevê texto

O registro de infrações de trânsito poderá ser feito por qualquer pessoa, física ou jurídica. Esse é o tema de um projeto que aguarda apresentação de emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), o PL 601/2019 altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir a comprovação da infração de trânsito por qualquer pessoa, física ou jurídica, que registrar o fato por vídeo, fotografia ou outros meios de prova admitidos. A comprovação terá de ser remetida a uma autoridade de trânsito, que poderá, assegurado o direito à contraprova, lavrar o

respectivo auto de infração.

Contarato lembra que infrações são recorrentes no trânsito brasileiro. Segundo o senador, muitos motoristas infratores ficam impunes por utilizarem de meios escusos para burlar a fiscalização ou mesmo pela limitação do alcance dos aparatos estatais. Ele ainda destaca que o objetivo do projeto não é o de transferir a obrigação de fiscalizar do Estado, mas sim ampliar o alcance da lei e dar efetividade à legislação.

Para o senador, admitir a possibilidade de comprovação da infração possibilitará ao cidadão noticiar às autoridades delitos frequentes, como estacionamento em local proibido.

Comissão deve discutir auxílio-reclusão e maioria penal

Já está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta que acaba com o auxílio-reclusão para as famílias de segurados pela Previdência Social que forem presos e de baixa renda. A extinção do benefício é o que pretende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2019, apresentada por Marcio Bittar (MDB-AC) na terça-feira, com um pacote de medidas relacionadas à segurança.

No Plenário, o senador explicou que o auxílio custa caro à Previdência, cerca de R\$ 840 milhões ao ano, segundo o INSS.

A proposta de acabar com o auxílio-reclusão não é inédita. A PEC 33/2013, do ex-senador Alfredo Nasci-

mento, que tinha esse mesmo objetivo, acabou arquivada.

O senador também apresentou outras propostas na área da segurança. Uma delas é a PEC 4/2019, que reduz a maioria penal para os 16 anos, sem exceção.

A referência de Bittar é a PEC 33/2012, do ex-senador Aloysio Nunes Ferreira, que criava o chamado incidente de desconsideração da imputabilidade penal para flexibilizar a lei nos casos em que menores cometem crimes considerados graves. Isso abria a possibilidade para que esses jovens de 16 anos fossem processados e julgados como adultos. A proposta não chegou a ser votada na comissão e foi arquivada no fim do ano passado.